



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

04/03/2017

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	1 - 3
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. CEMULHER.....	4 - 5
2.2. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	6 - 8
3. JORNAL O PROGRESSO	
3.1. JUÍZES.....	9
3.2. VARA CRIMINAL.....	10
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. CEMULHER.....	11
4.2. DECISÕES.....	12 - 13
4.3. EXECUÇÕES PENAIS.....	14 - 16
4.4. JUÍZES.....	17
4.5. PLANTÃO NO TJMA.....	18

Itapecuru-Mirim

Governador assina O.S. para reforma e entrega importantes obras



Uma das grandes preocupações do Governo do Estado é trabalhar de forma intensa e em parceria, para que os maranhenses residentes nos 217 municípios possam ter acesso cada vez mais a serviços de qualidade e que resolvam demandas históricas em áreas básicas como saúde, educação, infraestrutura e assistência social.

PÁGINA 2

 **ITAPECURU-MIRIM**

Governador assina O.S. para reforma de hospital e entrega importantes investimentos

Uma das grandes preocupações do Governo do Estado é trabalhar de forma intensa e em parceria, para que os maranhenses residentes nos 217 municípios possam ter acesso cada vez mais a serviços de qualidade e que resolvam demandas históricas em áreas básicas como saúde, educação, infraestrutura e assistência social. Desta vez a população de Itapecuru-Mirim foi a beneficiada com entrega de importantes obras e equipamentos, na quinta-feira (2). O governa-



Governador Flávio assina ordem de serviço para reforma de hospital e entrega importantes investimentos em produção agrícola e assistência social

dor Flávio Dino inaugurou dois aparelhamentos de assistência social, entregou máquinas para a agricultura familiar e assinou ordem de serviço para construção de uma maternidade.

“Estamos trabalhando para oferecer um atendimento digno à população de Itapecuru Mirim e região, investindo em ações de melhorias em áreas como saúde, segurança, assistência social e agricultura”, pontuou o governador. Dino enfatiza que esse trabalho se amplia a todas as cidades do Maranhão e é possível com o controle das contas do Estado para que os recursos sejam bem aplicados.

“Dessa forma temos conseguido fazer muito mais. Hoje, o Maranhão tem mais policiais, mais viaturas, mais hospitais, mais escolas, em relação ao momento de crise em que assumi. Progressivamente vamos corrigindo os erros do passado e consolidando a união das gestões em favor dos maranhenses”, pontuou Flávio Dino, durante as inaugurações.

Para o prefeito Miguel Lauande, a estada do governador no município representa um novo momento de desenvolvimento local. “Confiamos que o que vem do Governo é para melhoria da nossa região e é com muita alegria que recebemos essas obras e agradecemos ao governador pelo olhar sensível”, disse.

A agenda iniciou com visita à sede da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac), no fim da tarde. Na unidade são promovidas ações de assistência e ressocialização dos apenados da região. O Governo firmou convênio com a instituição que fica responsável por prestar assistência em saúde, odontológica e na área de serviço social aos internos.

A parceria do Governo

com a instituição vai favorecer as políticas de segurança pública, avalia a juíza da 2ª Vara de Execução Penal, Mirela César Freitas. “Os poderes precisam estar unidos para o efetivo combate à violência e à criminalidade, com reais oportunidades de ressocialização dos internos. Dessa forma, esse apoio é essencial para que possamos executar de forma mais eficaz todos os convênios e atividades que cabem à Apac”, destacou a juíza Mirela Freitas. O convênio prevê, também, a promoção de cursos profissionalizantes.

As Apacs auxiliam no trabalho da execução penal e na administração do cumprimento das penas privativas de liberdade nos regimes fechado, semiaberto e aberto. Por meio destas instituições os internos têm acesso a trabalho e educação, aproximação com a família e sociedade, além de atividades de valorização da autoestima.

O secretário de Estado de Administração Penitenciária (Seap), Murilo Andrade, avaliou a importância da parceria Governo e Apacs para fortalecer o trabalho de reintegração social dos apenados. “Com essa ação conjunta temos a certeza de poder contribuir com o processo de transformação dos internos e lhes dar oportunidades reais de mudança”.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A inauguração das unidades do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e do Centro de Referência de Assistência Social (Cras), no bairro Torre, foi marcada pela presença de centenas de famílias beneficiárias. Com os equipamentos, os cadastrados acessam serviços na área, programas sociais e obtêm informações sobre diversos programas.

Os investimentos fortale-

cem o suporte à assistência social nas cidades atendidas, que passam a contar com instituições estruturadas e padronizadas, devidamente equipadas e ofertando melhor serviço na área, destaca o secretário de Estado de Desenvolvimento Social (Sedes), Neto Evangelista.

O Cras trabalha na prevenção de situações de risco, aos programas de transferência de renda estaduais e federais - como o Bolsa Família e Bolsa Escola. Os Creas realizam atendimento dos casos envolvendo violência e trabalho infantil, e presta apoio social a jovens, adultos e idosos.

Além das ações na infraestrutura, o Governo realiza investimentos de R\$ 12 milhões para potencializar e ampliar os serviços e benefícios ofertados nesses centros. A entrega destes equipamentos de assistência social está inserida na política de ampliação dos Cras e Creas em todo o estado. Até o momento, 78 já foram inaugurados e objetivo é a entrega de cerca de 160 novas unidades até 2018.

PRODUÇÃO

Impulsionando a agricultura familiar da região, o governador entregou 13 tratores para famílias produtoras do município, integrando as ações do Governo pela valorização dos produtores rurais familiares. “É uma alegria muito grande, porque a gente nunca imaginou ter esse auxílio que vai ajudar muitas famílias que precisavam deste trator para manter sua produção”, avaliou a agricultora Rosângela Ribeiro, membro da União do Clube de Mães. Os equipamentos vão beneficiar cerca de 60 famílias agricultoras.

“Vamos proporcionar melhorias na produção rural familiar. É um compromisso com a minha cidade e minha relação com a zona rural é bastante forte. Mais patru-

lhas agrícolas virão para cá e precisamos que todas as forças estejam unidas, ou seja, poder público e famílias produtoras”, explica o deputado federal Júnior Marreca, que destinou os recursos, via emenda parlamentar, para aquisição das máquinas. A meta, segundo ele, é transformar a agricultora familiar da cidade em agronegócio.

SAÚDE

Encerrando a agenda em Itapecuru, o governador assinou ordem de serviço para reforma do Hospital Regional Adélia Matos, também contando com recursos de emenda do deputado Júnior Marreca. A reforma inclui melhorias nas instalações elétricas, troca do telhado e outras adequações. O hospital vai funcionar como maternidade realizando média de 200 partos por mês, mas terá estrutura para atendimentos gerais. “A reforma deste hospital é uma das nossas prioridades na região para que o cidadão possa ter acesso a um atendimento qualitativo de saúde”, destacou o governador Flávio Dino.

“Com autorização do governador Flávio Dino, estamos dando início à reforma dessa importante unidade de saúde para o município. Estamos investindo na recuperação desse hospital, para torná-lo ainda mais resolutivo para a população”, disse o secretário de Estado da Saúde (SES), Carlos Lula.

Na lista de serviços constam mamografia, ultrassonografia raio X serviços laboratoriais, obstetrícia, atendimentos clínicos e ambulatorial, cirúrgicos, pediátricos, ortopédicos e anestesista. O centro de saúde vai atender a região e outras 12 cidades no entorno. Essa é a única unidade de saúde do município e estava há 20 anos sem receber qualquer reparo. Os investimentos para a reforma são da ordem de R\$ 2,7 milhões.

Justiça pela Paz em Casa começa na segunda, dia 6

Ação, organizada pela Coordenadoria Estadual da Mulher do Tribunal de Justiça do Maranhão, acontecerá até sexta-feira, 10, e priorizará o julgamento de casos de violência contra a mulher

Reprodução/Cartaz da Campanha

A VII Campanha Justiça pela Paz em Casa será realizada de segunda, 6, a sexta-feira, 10, no Maranhão e em todo o país, com prioridade para realização de audiências e julgamentos de processos relativos aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. A campanha nacional foi idealizada e é coordenada pela presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia Rocha.

Na Justiça maranhense, o trabalho é organizado pela Coordenadoria Estadual da Mulher do Tribunal de Justiça do Maranhão, que tem à



frente a desembargadora Angela Salazar. Num trabalho sincronizado com as Varas Especializadas no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e diversas comarcas do estado, a Semana Justiça pela Paz em Casa deverá julgar centenas de processos, que têm a mulher como vítima de violência doméstica e familiar e outros em que ela seja parte interessada.

Segundo dados da Cemulher do TJMA, está agendada na Vara Especial da Mulher de São Luís a realização de 175 audiências durante toda a semana. A juíza Suely Feitosa, que responde pela unidade no Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha será auxiliada pelos juízes auxiliares Antonio Agenor Gomes, Clésio Cunha, Raul Goulart Júnior e Rommel Viégas.

Em Imperatriz, estão previstas 21 audiências, na unidade especializada da comarca, sendo sete preliminares e 14 audiências de instrução, presididas pela juíza Ana Paula Silva Araújo, titular da unidade. ●

MAIS

Audiências vêm aumentando

Em março de 2015, a campanha Justiça pela Paz em Casa conseguiu realizar 554 audiências, foram proferidas 468 sentenças, realizados nove júris e concedidas 93 medidas protetivas. Além da semana, no mesmo ano, outros dois mutirões foram realizados nos meses de agosto e novembro, totalizando 671 audiências e 349 sentenças. Já em 2016, nas três semanas de mutirão, o total foi de 1.030 audiências e 650 sentenças.

Aumento de ICMS começa a valer em 10 dias no Maranhão

Reajuste de alíquotas do imposto foi aprovado na Assembleia Legislativa em dezembro do ano passado, sob fortes críticas da oposição e da população

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

Sancionada no dia 15 de dezembro de 2016, entra em vigor em aproximadamente 10 dias – no dia 15 de março – a Lei nº 10.542/2016 que modifica o Sistema Tributário do Estado e altera alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

O interstício entre o ato do governador Flávio Dino (PCdoB) - autor do projeto de lei aprovado sob protestos da oposição na Assembleia - e a efetiva validade da lei decorre do fato de que, como se trata de aumento de tributos, a matéria só pode vigorar a partir do exercício financeiro seguinte a sua aprovação e, ainda, 90 dias após a sanção.

Na prática, a nova lei aumentará



Fotos/arquivo

Aumento do imposto foi sancionado pelo governador Flávio Dino no dia 15 de dezembro do ano passado

o ICMS de vários produtos e serviços no estado, como energia elétrica, combustíveis – exceto o óleo diesel -, cigarros, TV por assinatura, telefonia e internet.

Os maiores impactados são os consumidores residenciais de energia elétrica. Pelo novo texto da Lei 7.799/2002, quem consome até 500 quilowatts-hora por mês pagará não mais 12% de ICMS, mas 18% - au-

Reajuste vigorará a partir do dia 15 de março

mento de 50% na alíquota.

Essa faixa de consumo estava excluída da alíquota maior pela lei anterior. O texto aprovado, no entanto, revoga essa exceção e, também, a exceção criada para quem usa energia elétrica em irrigação rural.

Quem consome mais – acima de 500 quilowatts-hora/mês - também terá custo maior: a alíquota do imposto subirá de 25% para 27%.

O governo reajustou, ainda, as alíquotas de álcool e gasolina no Maranhão, que passarão de 25% para 26%. O óleo diesel ficou de fora do aumento, segundo o Executivo.

A importação de fumos e seus de-

O QUE AUMENTA

Produtos e serviços mais caros

Energia elétrica (até 500 quilowatts-hora/mês) - de 12% para 18%

Energia elétrica (acima de 500 quilowatts-hora/mês) - 25% para 27%

Combustíveis (exceto diesel) - 25% para 26%

Fumo e derivados - 25% para 27%

TV por assinatura, telefone, internet - 25% para 27%

*No caso de TV por assinatura, telefone e internet ainda há um acréscimo de dois pontos percentuais, que são destinados ao Fumacop. Nesse caso, a alíquota efetivamente cobrada do consumidor será de 29%

rivados será taxada em 27% e não mais em 25%, o que deve refletir no preço do cigarro comercializado no estado. E até os serviços de telefonia e de TV por assinatura devem subir, já que a alíquota passará de 25% para 27%. Nesse caso, ainda há um acréscimo de dois pontos percentuais, que são destinados ao Fundo Maranhense de Combate à Pobreza (Fumacop), resultando em uma alíquota de 29% efetivamente cobrada do consumidor.

Arrecadação

O Governo do Maranhão estima que o contribuinte maranhense vá de-

sembolsar R\$ 250 milhões a mais com tributos, em 2017, a partir do aumento proposto nas alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da energia elétrica, de combustíveis, de cigarros e de serviços como telefonia e TV por assinatura.

A informação foi confirmada a O Estado pelo líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado estadual Rogério Cafeteira (PSB).

Desse total, R\$ 187,5 milhões ficarão nos cofres da gestão Flávio Dino (PCdoB) e o restante, R\$ 62,5 milhões – o que corresponde a 25% do valor total –, é repartido, por lei, com os municípios. ●

SAIBA MAIS

Relembre quem votou pelo aumento

Ana do Gás (PCdoB)
Bira do Pindaré (PSB)
Cabo Campos (DEM)
Carlinhos Florêncio (PHS)
Levi Pontes (PCdoB)
Edivaldo Holanda (PTC)
Edson Araújo (PSL)
Fábio Braga (SD)
Fábio Macedo (PDT)
Francisca Primo (PCdoB)
Rigo Teles (PV)
Valéria Macedo (PDT)
Roberto Costa (PMDB)
Othelino Neto (PCdoB)
Graça Paz (PSL)
Vinícius Louro (PR)
Rogério Cafeteira (PSB)
Zé Inácio (PT)
Rafael Leitoa (PDT)
Hemetério Weba (PV)
Marco Aurélio (PCdoB)
Sérgio Frtoa (PSDB)
Ricardo Rios (SD)
Léo Cunha (PSC)
Júnior Verde (PRB)
Stênio Rezende (DEM)

ICMS VAI SUBIR

Produtos e serviços mais caros em 10 dias

No dia 15, entrará em vigor lei que elevará o ICMS de vários itens no Maranhão, como energia elétrica, combustíveis – exceto o diesel –, cigarros, TV por assinatura, telefonia e internet. POLÍTICA 3

50%

É O AUMENTO
na alíquota do ICMS
na conta de energia,
que passará para 18%

R\$ 250 mi

É QUANTO
os maranhenses
pagarão a mais de
tributos com a nova lei

CRÔNICA DA CIDADE



Aureliano Neto

JB

Com espírito aventureiro, há alguns anos passados, no finalzinho de 1959, resolvi concluir o curso de Direito no Rio de Janeiro. Minha tia Morena preparou a minha mala de couro, com algumas roupas, que se faziam necessárias para aquela incerta jornada, já que ia tentar a sorte na chamada cidade grande. Rio era Rio. E ainda é. Na verdade, nem ia bem para o Rio de Janeiro. Minha intenção era Curitiba, Paraná, onde me diziam que a educação superior era de primeira qualidade. Acreditava, como diziam naquela época os mais ousados, no meu taco. Bem. Quanta ousadia. Não pretendia voltar a exercer a profissão de linotipista. Tinha tido uma ligeira passagem no cartório do Primeiro Distrito Policial, ao lado de Cartágenes e Afrodísio, sob o comando do irrepreensível delegado Pedro dos Santos. Após, vivi uma experiência mais profunda como escrevente do cartório de Dr. Hilmar Raposo, cuja filha hoje é minha colega de magistratura, atuando como juíza de juizado no Distrito Federal. Quase sempre nos encontramos quando participo, na Capital Federal, de algum evento relacionado a Juizados Cíveis.

No tempo de escrevente (escrevente juramentado), fazia audiência. Era um razoável datilógrafo, sob a presidência do juiz Jerônimo Vieira Fontes, um dos poucos magistrados, de profícua operosidade, que dava sentença em banca. Isso quer dizer: terminada a audiência de instrução, ele prolatava a sentença. Quando não o fazia, em pouquíssimo tempo, a sentença estava pronta, para publicação e intimação das partes e advogados. Época em que, por não haver qualquer informatização, os mandados de citação, para chamar a parte ao processo, era todo datilografado, transcrevendo-se nele a petição inicial, peça introdutória da demanda. Foram momentos de grandes aprendizados. O Código de Processo Civil era o de 1939, e ainda havia a chamada absolvição de instância, uma figura processual que ficou perdida no passado e quase mais ninguém se lembra dela.

Nessa aventura, levava comigo também a experiência do exercício do magistério, dando aulas de literatura brasileira e de língua portuguesa, além de que fizera, patrocinado pelo Sesi, ali em frente ao Liceu, um cursinho de jornalismo, com magníficas lições do professor Amorim Parga, um prestigiado jornalista maranhense que se notabilizara na cidade grande para aonde eu pretendia ir, anos

depois. Um dos meus companheiros de curso foi o advogado Sidney Ramos, que, à época, era ainda estudante de Direito, já estando perto de se formar. Foi ele, Sidney, o orador da turma, quando do recebimento do certificado no Teatro Artur Azevedo.

Com todo esse cabedal (entre aspas mesmo), parti para minha aventura. Mala na mão e sobraçando uma caixa de cueca samba canção, adquirida numa loja da Magalhães de Almeida, muita conhecida pelos preços baixos e pela designação de Sudenveste. Dentro da mala - que coragem! -, uma quantia que daria, na minha previsão provinciana, para me aguentar durante uns três meses. Distribuídos nos bolsos, dinheiro suficiente para ir suprindo as necessidades da viagem. Ah!, ia esquecendo, a viagem era de ônibus. Sem rodoviária, a saída fora da Antônio Rayol, nas proximidades do Mercado Central. E o trajeto era, numa primeira etapa, para Recife. Lá, estudaria o mercado, dando uma lida nos jornais para decidir se ficava ou não. Não gostei. Fiquei numa espelunca da rodoviária e não consegui dormir preocupado com o dinheiro da mala. Se roubassem, era um desfalque dos diabos. No dia seguinte, saía um ônibus em melhores condições para o Rio. Comprei a passagem. E parti para o Rio, com a intenção de seguir para Curitiba. Terminei ficando e sendo bem acolhido pela irmã (Rosário) de um grande amigo meu, Expedito Moreira, a quem devo esse imenso e impagável favor. Em quinze dias, consegui emprego numa grande indústria e vaga na Faculdade Cândido Mendes.

Toda essa história, que traça um pouco o meu perfil de aventureiro, porém responsável, é para dizer que o emprego conseguido e disputado através de teste seletivo, se deveu ao JB, ou seja, trocando em miúdos, ao Jornal do Brasil. O JB, assim carinhosamente chamado, era um dos jornais mais lidos do Rio e do Brasil, juntamente com o Correio da Manhã, sendo que este foi destruído pelo regime ditatorial de 1964. Tinha o JB um dos melhores classificados, onde tudo era consultado, e, entre esse tudo, os anúncios de oferta de emprego. Os desempregados passavam o domingo selecionando esses classificados para, na segunda-feira, e, mesmo no curso semana, sair em busca frenética de uma colocação. O Jornal do Brasil, antes de iniciar o seu processo precomatoso até chegar à morte, era um jornal que construía uma consistente opinião política, tendo a coluna do Castelo como leitura obrigatória. Fui seu leitor, desde quando daqui saí e durante o período em que teve existência no Rio. Seus repórteres eram respeitados. Percebia isso com grande nitidez quando fui repórter do Diário de Notícias.

Bem. Venho a saber que o JB vai voltar para as bancas. Com edição de trinta mil exemplares. Diz o empresário que fechou negócio com o seu último dono. Volta a redação para Avenida Rio Branco, local donde nunca deveria ter saído. Estou à espera do JB, antes que os jornais impressos se acabem, segundo previsão dos arautos dessa nova revolução industrial, centrada na informatização. Quero voltar a ler o Caderno B. Em papel impresso.

aureliano_net@zipmail.com.br

Temporada de júri em Imperatriz começa dia 23 de março

A temporada de júri popular em Imperatriz, com a realização da primeira reunião ordinária de 2017, vai começar no dia 23 de março, às 8 horas, no Fórum Henrique de La Rocque Almeida. De acordo com a pauta assinada pelo juiz Marcos Antonio de Oliveira, titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz, seis pessoas serão julgadas. No dia 23 de março, sentará no banco dos réus Lourivan da Silva Evangelista, acusado de tentativa de homicídio, cuja vítima foi Juvenal de Sousa Lima. No dia 30 de março, será a vez de Sérgio Castro do Nascimento Júnior, que é acusado de ter assassinado Antonio Carlos das Missões. No mês de abril, serão realizados outros dois julgamentos. No dia 6, Adailton Costa Pereira será julgado pela acusação de ter tentado contra a vida de Francisco de Sousa Costa. Já no dia 26, será a vez de José Wilton de Sousa Nunes sentar no banco dos réus, uma vez que é apontado pelo assassinato de Jhonatan Vieira de Oliveira. Outros dois julgamentos ocorrerão no mês de maio. No dia 4, Jairo Barroso Feitosa sentará no banco dos réus acusado de tentativa de homicídio e espancamento, cujas vítimas foram Ana Zenaide Pinheiro e Ivan Sousa da Silva. No dia 11, finalizando essa primeira pauta, será julgado Hayldon Maia de Brito, que responde pelo assassinato de Lúcio da Silva Carvalho.

VII Campanha Justiça pela Paz em Casa prioriza julgamento de casos de violência contra a mulher

De segunda (6) a sexta-feira (10), será realizada a VII Campanha Justiça pela Paz em Casa, no Maranhão, e em todo o país, com prioridade para realização de audiências e julgamentos de processos relativos aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. A campanha nacional foi idealizada e é coordenada pela presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia Rocha.

Na Justiça maranhense, o trabalho é organizado pela Coordenadoria Estadual da Mulher do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Angela Salazar. Num trabalho sincronizado com as Varas Especializadas no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e diversas comarcas do Estado, a Semana Justiça pela Paz em Casa deverá julgar centenas de processos, que têm a mulher como vítima de violência doméstica e familiar e outros em que ela seja parte interessada.

De acordo com os dados da

CEMULHER do TJMA, está agendada na Vara Especial da Mulher de São Luís a realização de 175 audiências durante toda a semana. A juíza Suely Feitosa, que responde pela unidade no Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha, será auxiliada pelos juízes auxiliares Antonio Agenor Gomes, Clésio Cunha, Raul Goulart Júnior e Rommel Viégas.

Em Imperatriz, estão previstas 21 audiências, na unidade especializada da comarca, sendo sete preliminares e 14 audiências de instrução, presididas pela juíza Ana Paula Silva Araújo, titular da unidade.

Em março de 2015, a campanha Justiça pela Paz em Casa conseguiu realizar 554 audiências, foram proferidas 468 sentenças, realizados 9 júris e concedidas 93 medidas protetivas. Além da semana, no mesmo ano, outros dois mutirões foram realizados nos meses de agosto e novembro, totalizando 671 audiências e 349 sentenças. Já em 2016, nas três semanas de mutirão, o total foi de 1.030 audiências e 650 sentenças.

JUSTIÇA RECONHECE ACORDO E DETERMINA DEVOLUÇÃO DE R\$ 2,1 MILHÕES À CAEMA

..... PÁG. 4 [C1]

Justiça reconhece acordo e determina devolução de R\$ 2,1 milhões à Caema

A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em julgamento na quinta-feira (2), reconheceu a validade de acordo firmado entre a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) e a construtora Morada Nova, determinando que a mencionada empresa devolva à concessionária de serviços o valor de R\$ 2,1 milhões pagos em excesso, a título de danos morais e materiais.

A Caema foi condenada a pagar à Morada Nova os valores de R\$ 1,3 milhão a título de indenização por danos materiais, e R\$ 2,7 milhões por danos morais. Após a condenação, as duas empresas firmaram acordo extrajudicial, no qual a Caema comprometeu-se a pagar R\$ 4 milhões de forma parcelada, o que foi cumprido

parcialmente com o pagamento de R\$ 1,8 milhão.

A condenação se deu em ação ajuizada pela Morada Nova, que edificou conjunto residencial com 155 unidades, tendo a Caema aprovado o projeto de instalação hidráulica e sanitária, inclusive realizando ligações provisórias de água e esgoto. Após os imóveis estarem habitados, houve recusa da Caema ao projeto definitivo, elaborado pela Morada Nova para o empreendimento, com a suspensão do fornecimento de água em 45 imóveis, cujos moradores interromperam o pagamento. Por não ter sido cumprido totalmente o acordo, a Morada Nova pediu o cumprimento da sentença, o que resultou na penhora de mais R\$ 4,2 milhões da Caema, excedendo o valor

acordado extrajudicialmente, tendo o juízo de 1º Grau determinado a devolução do valor a maior.

A Morada Nova recorreu ao TJMA, sustentando que a existência do acordo não seria impedimento ao cumprimento da sentença, já que este não teria sido homologado judicialmente. A Caema, porém, defendeu a validade da decisão que determinou o ressarcimento. Ao analisar o recurso, a desembargadora Angela Salazar (relatora) ressaltou que o Código de Processo Civil (CPC) autoriza a celebração de acordo entre as partes, mesmo após o trânsito em julgado da sentença, não havendo como ignorar a validade do pacto firmado conforme as formalidades legais.

Para a magistrada, a falta de

homologação não invalida ou retira os efeitos do acordo que, no caso, produziu efeitos imediatos, entendendo que a Morada Nova deveria ter ajuizado ação autônoma para executá-lo em vez de pedir o cumprimento da sentença.

“Observo que a vontade das partes foi manifestada de forma válida e eficaz, inexistindo qualquer mácula, seja vício de consentimento, defeito ou nulidade, de forma que sua anulação só é possível por dolo, coação ou erro essencial”, justificou a magistrada, mantendo a decisão que determinou a restituição de R\$ 2,1 milhões, sob pena de enriquecimento ilícito. O voto de Angela Salazar foi seguido pelos desembargadores Jorge Rachid e Kleber Carvalho.

Flávio Dino inaugura obras e assina ordens de serviço em Itapecuru-Mirim

PÁG. 5 [C1]

GILSON TEIXEIRA



O governador Flávio Dino assina ordem de serviço para reforma de hospital e entrega importantes investimentos em Itapecuru-Mirim

Flávio Dino inaugura obras e assina ordens de serviço em Itapecuru-Mirim

A população do município de Itapecuru-Mirim foi beneficiada com a entrega de importantes obras e equipamentos, nesta quinta-feira (2). O governador Flávio Dino inaugurou dois aparelhamentos de assistência social, entregou máquinas para a agricultura familiar e assinou ordem de serviço para construção de uma maternidade. “Estamos trabalhando para oferecer um atendimento digno à população de Itapecuru Mirim e região, investindo em ações de melhorias em áreas como saúde, segurança, assistência social e agricultura”, pontuou o governador. Dino enfatiza que esse trabalho se amplia a todas as cidades do Maranhão e é possível com o controle das contas do Estado para que os recursos sejam bem aplicados.

“Dessa forma temos conseguido fazer muito mais. Hoje, o Maranhão tem mais policiais, mais viaturas, mais hospitais, mais escolas, em relação ao momento de crise em que assumi. Progressivamente vamos corrigindo os erros do passado e consolidando a união das gestões em favor dos maranhenses”, afirmou Flávio Dino, durante as inaugurações.

Para o prefeito Miguel Lauande, a estada do governador no município representa um novo momento de desenvolvimento local. “Confiamos que o que vem do Governo é para melhoria da nossa região e é com muita alegria que recebemos essas obras e agradecemos ao governador pelo olhar sensível”, disse.

A agenda iniciou-se com visita à sede da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac), no fim da tarde. Na unidade são promovidas ações de assistência e ressocialização dos apenados da região. O Governo firmou convênio com a instituição que fica responsável por prestar assistência em saúde, odontológica e na área de serviço social aos internos.

A parceria do Governo com a instituição vai favorecer as políticas de segurança pública, avalia a juíza da 2ª Vara de Execução Penal, Mirela César Freitas. “Os poderes precisam estar unidos para o efetivo combate à violência



O governador Flávio Dino entrega importante investimento em assistência social para Itapecuru-Mirim

e à criminalidade, com reais oportunidades de ressocialização dos internos. Dessa forma, esse apoio é essencial para que possamos executar de forma mais eficaz todos os convênios e atividades que cabem à Apac”, destacou a juíza Mirela Freitas. O convênio prevê, também, a promoção de cursos profissionalizantes. As Apacs auxiliam no trabalho da execução penal e na administração do cumprimento das penas privativas de liberdade nos regimes fechado, semiaberto e aberto. Por meio destas instituições os internos têm acesso a trabalho e educação, aproximação com a família e sociedade, além de atividades de valorização da autoestima. O secretário de Estado de Administração Penitenciária (Seap), Murilo Andrade, avaliou a importância da parceria Governo e Apacs para fortalecer o trabalho de reintegração social dos apenados. “Com essa ação conjunta temos a certeza de poder contribuir com o processo de transformação dos internos e lhes dar oportunidades reais de mudança”.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A inauguração das unidades do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e do Centro de Referência de Assistência Social (Cras), no bairro Torre, foi marcada pela presença de

centenas de famílias beneficiárias. Com os equipamentos, os cadastrados acessam serviços na área, programas sociais e obtêm informações sobre diversos programas.

Os investimentos fortalecem o suporte à assistência social nas cidades atendidas, que passam a contar com instituições estruturadas e padronizadas, devidamente equipadas e ofertando melhor serviço na área, destaca o secretário de Estado de Desenvolvimento Social (Sedes), Neto Evangelista.

O Cras trabalha na prevenção de situações de risco, aos programas de transferência de renda estaduais e federais - como o Bolsa Família e Bolsa Escola. Os Creas realizam atendimento dos casos envolvendo violência e trabalho infantil, e presta apoio social a jovens, adultos e idosos. Além das ações na infraestrutura, o Governo realiza investimentos de R\$ 12 milhões para potencializar e ampliar os serviços e benefícios ofertados nesses centros. A entrega destes equipamentos de assistência social está inserida na política de ampliação dos Cras e Creas em todo o estado. Até o momento, 78 já foram inaugurados e objetivo é a entrega de cerca de 160 novas unidades até 2018.

PRODUÇÃO

Impulsionando a agricultura familiar da região, o governador entregou 13 tratores para famílias

produtoras do município, integrando as ações do Governo pela valorização dos produtores rurais familiares. “É uma alegria muito grande, porque a gente nunca imaginou ter esse auxílio que vai ajudar muitas famílias que precisavam deste trator para manter sua produção”, avaliou a agricultora Rosângela Ribeiro, membro da União do Clube de Mães. Os equipamentos vão beneficiar cerca de 60 famílias agricultoras.

“Vamos proporcionar melhorias na produção rural familiar. É um compromisso com a minha cidade e minha relação com a zona rural é bastante forte. Mais patrulhas agrícolas virão para cá e precisamos que todas as forças estejam unidas, ou seja, poder público e famílias produtoras”, explica o deputado federal Júnior Marreca, que destinou os recursos, via emenda parlamentar, para aquisição das máquinas. A meta, segundo ele, é transformar a agricultora familiar da cidade em agronegócio.

SAÚDE

Encerrando a agenda em Itapecuru, o governador assinou ordem de serviço para reforma do Hospital Regional Adélia Matos, também contando com recursos de emenda do deputado Júnior Marreca. A reforma inclui melhorias nas instalações elétricas, troca do telhado e outras adequações. O hospital vai funcionar como maternidade realizando média de 200 partos por mês, mas terá estrutura para atendimentos gerais. “A reforma deste hospital é uma das nossas prioridades na região para que o cidadão possa ter acesso a um atendimento qualitativo de saúde”, destacou o governador Flávio Dino.

Na lista de serviços constam mamografia, ultrassonografia raio X serviços laboratoriais, obstetrícia, atendimentos clínicos e ambulatorial, cirúrgicos, pediátricos, ortopédicos e anestesista. O centro de saúde vai atender a região e outras 12 cidades no entorno. Essa é a única unidade de saúde do município e estava há 20 anos sem receber qualquer reparo. Os investimentos para a reforma são da ordem de R\$ 2,7 milhões.

São Domingos do Azeitão

Acordo prevê estruturação do Conselho Tutelar do município

Em audiência de conciliação, realizada no dia 17 de fevereiro, a Prefeitura de São Domingos do Azeitão comprometeu-se a estruturar, no prazo de 60 dias, o Conselho Tutelar do município. Presidida pelo juiz da comarca, Caio Davi Veras, a audiência contou com a presença do prefeito Nicodemus Guimarães e do promotor de justiça Laécio Ramos do Vale, que representou o Ministério Público. Na Ação Civil Pública, datada de 2013, a Promotoria de Justiça requereu a estruturação do conselho.

Conforme o acordo, o órgão defensor dos direitos da criança e do adolescente, que funcionará em um imóvel do município, deve ser dotado de salas destinadas à recepção, à reunião de conselheiros e à equipe multidisciplinar e de banheiros com acessibilidade e instalações elétricas, hidráulicas e segurança adequadas.

Deve ser disponibilizada uma equipe multidisciplinar, composta por dois servidores públicos efetivos, sendo um profissional de Serviço Social e um de Psicologia.

Ao Conselho Tutelar deverá ser oferecido um veículo, com motorista, para funcionar de segunda a sexta-feira, a fim de dar cumprimento às diligências diárias, bem como aos finais de semana, períodos noturnos e feriados, em regime de plantão, para atendimento de casos de

urgência e emergência.

Segundo a conciliação, o município de São Domingos do Azeitão terá ainda que disponibilizar ao Conselho Tutelar um auxiliar de serviços gerais, uma linha telefônica para uso exclusivo do órgão, a instalação de dois computadores, com impressora e acesso à internet, uma máquina fotográfica, entre outros itens.

FUNDO PARA INFÂNCIA

De acordo com a cláusula 2 da conciliação, o Município de São Domingos do Azeitão deverá providenciar a regulamentação e funcionamento do Fundo Especial para a Infância e Adolescência, com a abertura de créditos para o ano de 2017 e dotação orçamentária de recursos para os anos seguintes. Para isto, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ficará com a incumbência de elaborar os planos de ação e de aplicação dos referidos recursos do fundo. Em caso de descumprimento das obrigações assumidas, o prefeito de São Domingos do Azeitão, pessoalmente, será responsabilizado a pagar multa diária de R\$ 1 mil, cujos valores serão revertidos ao Fundo Especial para a Infância e Adolescência.

Escala de plantão do 2º Grau do TJMA

O desembargador Raimundo Melo é o plantonista de 2º Grau da Justiça estadual de ontem (3) até domingo (5), período em que serão recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros. Os servidores plantonistas são Gracy Nary S. Pinto e Lilah de M. Barreto, cujo telefone celular disponibilizado para contato é o (98) 98815-8344. O serviço funciona em forma de sobreaviso. No período de 6 a 12 de março – de 18h às 8h do dia seguinte –, o desembargador José de Ribamar Castro responderá pelo plantão judicial de 2ª Instância.